



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2008



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2008

1.1. Informações gerais da unidade jurisdicionada

1.2. Nome: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1.3. CNPJ: 01.175.497/0001- 41

1.4. Natureza jurídica: órgão da administração direta do Poder Executivo Federal.

1.5. Vinculação ministerial: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR).

1.6. Endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco “A”, Brasília, CEP: 70.610-905; telefones (61) 3445-8000 e 3445-8188, Fax: 3445-8597.

1.7. Página na Internet: <http://www.abin.gov.br>

1.8. Código e nome do órgão: 110120 – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1.9. Códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Siafi.

1) ABIN/SEDE:110120	14) ABIN/CE:110123	27) ABIN/ES:110243
2) SPOA:110135	15) ABIN/GO:110124	28) ABIN/MA:110248
3) GAB/ DG:110242	16) ABIN/MG:110125	29) ABIN/MT:110249
4) DIE:110136	17) ABIN/MS:110126	30) ABIN/PB:110250
5) DCI:110134	18) ABIN/PA:110127	31) ABIN/PI:110251
6) DCT:110138	19) ABIN/PE:110128	32) ABIN/RN:110252
7) DISBIN:110139	20) ABIN/PR:110129	33) ABIN/RO:110253
8) DAL:110133	21) ABIN/RJ:110130	34) ABIN/RR:110254
9) ESINT:110140	22) ABIN/RS:110131	35) ABIN/SC:110255
10) DGP:110137	23) ABIN/SP:110132	36) ABIN/SE:110256
11) DPDT:110238	24) ABIN/AC:110239	37) ABIN/TO:110257
12) ABIN/AM:110121	25) ABIN/AL:110240	
13) ABIN/BA:110122	26) ABIN/AP:110241	

1.10. Norma de criação e finalidade da unidade.

Criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, com a finalidade de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência Federal.

1.11. Norma que estabelece a estrutura orgânica.

O Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008, aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação da ABIN, publicado no DOU. de 25 de março de 2008.

1.12. Regimento interno.

A Portaria nº 037-GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, aprovou o Regimento Interno da ABIN, conforme publicado no Diário Oficial nº 203, de 20 de outubro de 2008.

1.13. Função de governo: 06 - Segurança Pública.

1.14. Tipo de atividade: Inteligência.

1.15. Situação da unidade: em funcionamento.

2. Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas.

2.1. Identificação do programa governamental registrado no SIGPlan: 0641 – Inteligência Federal.

2.2. Objetivo geral, objetivos específicos e beneficiários:

- Objetivo de Governo é promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- Objetivo Setorial é coordenar as atividades de Inteligência;
- Objetivo específico é desenvolver atividades de Inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da sociedade;
- Beneficiários (público-alvo): Presidência da República.

2.3. Avaliação do resultado.

Considera-se que os objetivos e metas não foram alcançados de forma satisfatória no processo de gestão da ABIN em 2008. Isso se explica pelo contingenciamento de recursos e a demora na sua liberação, mesmo com o comprometimento de todas as áreas da Agência na execução do planejamento anual.

Registra-se que esse tipo de situação não favorece e prejudica a produção de conhecimentos de interesse para o processo decisório com a devida oportunidade, considerando que a atividade de Inteligência se concentra em fatos e eventos de natureza conjuntural.

2.3.1. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas.

Não se aplica.

2.3.2. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.

Não se aplica.

2.3.3 Responsáveis pela implementação das medidas.

Não se aplica.

2.4 Indicadores ou parâmetros usados para a avaliação.

Taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do processo decisório nacional.

2.5 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA e registradas no SIGPlan e metas físicas realizadas

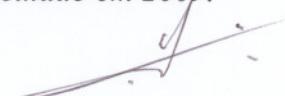
Para as ações que compõem o Programa 0641 – Inteligência Federal foram previstas na LOA e realizadas as seguintes metas físicas:

AÇÕES	PRODUTO	META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	
			Quantidade	%
2188 – Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Estratégicos.	pesquisa desenvolvida	4	4	100
2488 – Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações.	produto desenvolvido	3	3	100
2671 – Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações e Transmissão de Dados.	sistema mantido	2	2	100
2684 – Ações de Inteligência.	ação realizada	620	825	133,06
2A80 – Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência.	pessoa capacitada	635	1.445	227,56
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	pessoa beneficiada	8.874	3.053	36,03
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.	criança atendida	148	131	88,51
2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.	servidor beneficiado	957	548	57,26
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.	servidor beneficiado	1.407	1.388	98,65
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	servidor capacitado	160	297	185,63
2867 – Remuneração dos Militares das Forças Armadas.	militar remunerado	49	43	87,76
119M – Reforma do Edifício-Sede da Agência Brasileira de Inteligência em Brasília-DF.	sede reformada	1	0	0

Em relação às metas financeiras previstas e os valores efetivamente realizados, o quadro a seguir mostra o detalhamento:

DADOS FINANCEIROS	PROVISIONADO PARA A ABIN - R\$	REALIZADO	
		R\$	%
TOTAL RECEBIDO NO PROGRAMA INTELIGÊNCIA FEDERAL	298.607.815,51	280.849.950,66	94,05
TOTAL RECEBIDO DIVIDIDO PELAS AÇÕES			
2272 – Gestão e Administração do Programa	159.923.794,93	159.246.712,06	99,35
2188 – Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Estratégicos na Área de Segurança Institucional	900.000,00	794.800,00	88,31
2488 – Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações	1.704.309,00	420.195,44	24,65
2671 – Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações e Transmissão de Dados	5.300.000,00	4.539.472,72	85,65
2684 – Ações de Inteligência	11.427.285,86	10.397.764,82	91,00
2A80 – Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência	1.420.000,00	1.038.695,47	73,15
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	4.270.928,00	4.265.502,90	99,87
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	157.590,00	121.850,42	77,32
2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.262.957,00	914.172,74	72,38
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.515.240,00	2.503.314,49	99,53
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	179.501,72	179.500,00	100
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.072.026,00	26.906.266,37	99,39
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	69.327.253,00	69.068.501,96	99,63
2867 – Remuneração dos Militares das Forças Armadas	508.846,00	453.201,27	89,06
119M – Reforma do Edifício-Sede da Agência Brasileira de Inteligência em Brasília-DF *	12.638.084,00	0	0

* Crédito especial disponibilizado em 24/12/2008 (DOU nº 250), o qual foi reaberto no Orçamento de 2009. Havendo limite orçamentário para empenho, será executado em 2009.



Outros recursos recebidos (por ações) de Programas de outras Unidades Orçamentárias:

DADOS FINANCEIROS	PROVISIONADO PARA A ABIN – R\$	REALIZADO	
		R\$	%
TOTAL RECEBIDO DIVIDIDO PELAS AÇÕES			
2272 – Gestão e Administração do Programa (da UO 20101 – Presidência da República)	23.365,20	23.365,20	100
2000 – Administração da Unidade (da UO 20101 – Presidência da República)	56.656,98	56.656,98	100
6232 – Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações (da UO 20101 – Presidência da República)	99.297,26	99.297,26	100
8861 – Gestão e Aprimoramento do Processo (da UO 47101 – Ministério do Orçamento e Gestão)	1.656,60	1.656,60	100
TOTAL OUTRAS AÇÕES	180.976,04	180.976,04	100

TOTAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DISPONIBILIZADO – R\$	REALIZADO	
		R\$	%
	298.788.791,55	281.030.926,70	94,05

Observa-se que os dados orçamentários informados neste item foram obtidos comparando-se registros no Siafi Gerencial, em 3 de fevereiro de 2009, com o SIGPlan.

2.6 Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional.

2.6.1. Descrição e tipo de indicador: taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do processo decisório nacional.

2.6.2. Fórmula de cálculo e método de medição: relação percentual entre o número de Relatórios de Inteligência Avaliados (RA) e o número total de Relatórios de Inteligência (RT) difundidos para a Presidência da República.

2.6.3. Responsável pelo cálculo/medição: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/ABIN.

2.6.4. Avaliação do resultado.

Considera-se que o resultado atendeu plenamente o previsto, em razão de terem sido cumpridas as metas físicas, algumas delas superando os índices constantes do planejamento.

2.6.5. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

Não se aplica.

2.6.7. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e responsáveis pela implementação das medidas.

Não se aplica.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica.

4. Informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores.

Execução de restos a pagar no exercício, por ano de inscrição no Siafi:

Ano de Inscrição	Restos a Pagar Processados (R\$)			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	64.082,27	380,12	7.797,50	55.904,65
2006	116.360,71	6.592,83	109.767,88	-
2007	1.855.130,72	-	239.096,30	1.616.034,42

Ano de Inscrição	Restos a Pagar Não-Processados (R\$)			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	4.990.939,96	284.391,47	4.706.548,49	-
2006	9.115.250,73	333.421,11	8.781.829,62	-
2007	17.509.144,63	2.052.341,34	15.441.891,23	14.912,06

5. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Não se aplica.

6. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame.

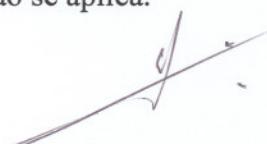
Não se aplica.

7. Informações sobre renúncia tributária.

Não se aplica.

8. Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como os da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos junto à SRFB, FGTS e à seguridade social.

Não se aplica.



9. Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, considerando o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios anteriores.

Exercício	Modalidade de aplicação		Total – R\$
	Saque – R\$	Fatura – R\$	
2008	502.300,90	176.140,00	678.440,90
2007	1.169.008,44	0,00	1.169.008,44
2006	1.161.041,00	0,00	1.161.041,00
Total – R\$	2.832.350,34	176.140,00	3.008.490,34

10. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno.

Número do documento/relatório	Descrição	Providências adotadas
Relatório de Análise dos Atos de Pessoal nº 112 / 2008/ CISET, de 07/04/2008.	Recomendação para alterar ato de aposentadoria e solicitação de informação referente à vantagem sobre proventos de servidor.	O ato de aposentadoria foi alterado e a informação solicitada foi respondida à CISET, por meio de nova remessa do processo em 31 de outubro de 2008.
Ofício nº 261 – COFIP / CISET, de 05/05/2008.	Determinação para cessar pagamentos decorrentes de atos considerados ilegais e notificar os interessados.	Determinação cumprida pela ABIN. Informado à CISET com o Ofício nº 962/DGP/ABIN, de 14 de maio de 2008.
Ofício nº 278 – COFIP / CISET, de 15/05/2008.	Determinação para cessar pagamentos decorrentes de atos considerados ilegais e notificar os interessados.	Determinação cumprida pela ABIN. Informado à CISET com o Ofício nº 1.061/CGGDP/ABIN, de 28 de maio de 2008.
Ofício nº 295 / COAUD - CISET- CC -PR, de 19 Mai 2008/Auditoria nº 11 / 2008 – TCA de 2007 (ostensivo) com Certificado de Auditoria.	Procedimentos licitatórios e execução de contratos. Política de recursos humanos. Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de exercícios anteriores: resarcimento de valores pagos indevidamente e aplicabilidade de indicadores. Controle de diárias e passagens. Suprimento de fundos.	Todas as recomendações da CISET foram adotadas pela ABIN e as medidas implementadas foram relatadas no Plano de Providências, que foi encaminhado por meio do Ofício nº 153/ABIN, de 20 Jun 2008.
Ofício nº 296 / COAUD - CISET-CC-PR, de 19 Mai 2008 / Auditoria nº 11/2008 – TCA de 2007 (sigiloso).	Utilização de suprimento de fundos e de CPGF em recursos secretos somente quando as despesas não puderem ser realizadas com processo normal	Todas as recomendações da CISET foram adotadas pela ABIN e as medidas implementadas foram relatadas no Plano de

	de aplicação de recursos sigilosos. Instaurar sindicância para apurar responsabilidade por pagamento indevido. Juntada de documentos em processos de prestação de contas de recursos sigilosos, para atestar legitimidade ao uso do CPGF.	Providências, que foi encaminhado por meio do Ofício nº 150/ABIN, de 20 Jun 2008. Foi instaurada sindicância investigativa nº 006/2008 para apurar responsabilidade de pagamento indevido, que concluiu não ter havido má fé, nem prejuízo ao erário.
Ofício nº 042, de 22/01/2008.	Solicita esclarecimentos sobre denúncias publicadas no jornal Correio Braziliense sobre uso de veículo.	Os esclarecimentos foram prestados por meio do Ofício nº 36/ABIN/GSIPR, de 12 de fevereiro de 2008.
Ofício nº 598, de 25/09/2008.	Encaminhamento de Nota Técnica 070/2008, sobre Norma Administrativa nº 001 /ABIN – Suprimento de Fundos sigilosos (sugestões da CISET).	Parte das sugestões foi acatada e adotados os procedimentos cabíveis pela ABIN.
Ofício nº 006, de 24/10/2008.	Divulga orientações sobre análise prévia de processos de repactuações de contratos.	A ABIN está cumprindo plenamente.
Ofício nº 824, de 26/12/2008.	Encaminha Nota Técnica de nº 21, que trata da observância de procedimentos na celebração de contratos de limpeza e conservação.	O setor interessado tomou conhecimento e a ABIN está cumprindo.
Ofício nº 008, de 29/12/2008.	Encaminhamento de cópia da Portaria Normativa CISET / CPR, de 22/12/2008, que disciplina os procedimentos para realização de consultas técnicas, por parte de gestores públicos.	Conteúdo divulgado em 2009 para cumprimento pela ABIN.

11. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme o disposto no quadro abaixo:

Número da Decisão/Acórdão	Descrição	Providências adotadas
Acórdão nº 295/2008, encaminhado pelo Ofício nº 138, de 20 / 02 / 2008.	Determinações quanto à existência injustificada de marca e restrição do universo de competidores.	A ABIN anulou o Pregão Eletrônico nº 89/2007 e o DAL determinou medidas a serem adotadas nos próximos certames, em conformidade ao Acórdão.

Acórdão nº 325 / 2007 -TCU–Plenário, encaminhado pelo Ofício nº 003-CISET, de 17/06/2008.	Encaminhamento de Orientações acerca dos componentes que deverão compor o Lucro e Despesas Indiretas – LDI em obras de implantação de linhas de transmissão de energia elétrica.	Todas as recomendações estão sendo cumpridas pela ABIN.
Acórdão nº 2614 / 2008, encaminhado pelo Ofício nº 820, de 31/07/2008.	Determinações para não existir no edital de licitação cláusulas que restrinjam o caráter competitivo do certame.	Foi transmitido aos setores responsáveis que cumpram as determinações, o que foi informado à CISET e ao TCU, respectivamente, por meio dos Ofícios 58 e 59/SPOA/ABIN, ambos de 22/08/2008.
Acórdão nº 1688 / 2008, encaminhado pelo Ofício nº 862, de 14/08/2008.	Regularidade de despesas efetuadas por meio de CPGF.	O interessado justificou e o TCU aceitou, conforme o Acórdão 2341/2008. Foi publicada a Norma Administrativa 001/2008, regulando procedimentos sobre uso do CPGF para Suprimentos de Fundos sigilosos. A ABIN está revisando as Normas que tratam do uso do CPGF para os Suprimentos de Fundos Ostensivos.
Acórdão nº 1633 / 2008, encaminhado pelo Ofício nº 936, de 01/09/2008.	Recomendações relativas a pagamento de pessoal, Relatório de Gestão, viagens (diárias e passagens), licitações, suprimentos de fundos e utilização do SIAPE.	ABIN determinou aos setores responsáveis o cumprimento das diretrizes do TCU.
Acórdão 2340/2008, encaminhado pelo Ofício nº 1191, de 24/10/2008.	Quitação da Tomada de Contas de 2004 – recursos sigilosos.	Divulgado aos interessados para conhecimento e cumprimento das diretrizes.
Acórdão nº 2341 / 2008, encaminhado pelo Ofício nº 1193, de 24/10/2008.	Quitação da Tomada de Contas de 2005 – recursos sigilosos.	Divulgado aos interessados para conhecimento e cumprimento das diretrizes.

12. Dados e informações relativos aos atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o relatório de gestão, nos termos do art 7º da IN/TCU N° 55/2007.

Conforme Anexo “A” – Declaração sobre Encaminhamento ao Órgão de Controle Interno, constante do Relatório de Gestão enviado à CISET pelo Ofício nº 053/ABIN, de 27 de fevereiro de 2008.

13. Demonstrativo das dispensas de instauração de tomadas de contas especiais, cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos incisos I a IV do § 1º do art 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007

Não se aplica.

14. Outras informações consideradas relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

As ações desenvolvidas pela ABIN possibilitaram, em 2008, a produção de conhecimentos sobre diferentes assuntos vinculados à situação interna e externa, avaliados como detentores de real ou potencial capacidade de influenciar a ação governamental e as políticas públicas federais. Para tanto, durante o ano foram elaborados 825 Relatórios de Inteligência, destinados a subsidiar decisões e identificar ameaças e oportunidades aos interesses nacionais em diferentes segmentos setoriais.

A Agência deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), visando a sensibilizar e incrementar a adoção de práticas preventivas de proteção por instituições e organizações públicas e privadas que detêm conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do País. Foram realizados diagnósticos em dez entidades, promovidos eventos e assinados novos convênios com órgãos federais.

Adicionalmente, a ABIN desenvolveu o Programa de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. As equipes do Pronabens realizaram 47 visitas técnicas a diversas empresas, com o objetivo de orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material e tecnologia sensíveis. Foram ainda realizadas apresentações do Programa para 31 empresas e promovido o V Seminário Nacional.

Na área de Contra-Inteligência foram executados trabalhos visando a detecção e neutralização de ações de espionagem praticadas por estrangeiros em prejuízo de segmentos de interesse nacional, assim entendidos aqueles avaliados como essenciais ao desenvolvimento e à formação do patrimônio científico, econômico e de recursos naturais do País.

Na capacitação profissional em atividades de Inteligência foram realizados 89 cursos (incluindo os de idiomas) para 1.445 pessoas. A Esint aperfeiçoou 32 servidores da ABIN, capacitou 370 servidores próprios e 752 de outros órgãos, para o exercício da atividade de Inteligência, dentre os quais: Centros de Inteligência Militares, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Ministérios Públicos, Secretarias de Segurança e de Fazenda Estaduais, Caixa Econômica Federal, Banco Central, Infraero, INSS. Proporcionou, ainda, a especialização de 16 servidores da ABIN em serviços de Inteligência estrangeiros e atendeu 36 servidores de serviços congêneres com a realização de cursos básicos de Inteligência.

Quanto às ações direcionadas para o desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase naquelas vinculadas à segurança da informação, foram desenvolvidas no âmbito da ABIN pesquisas em criptografia baseada em emparelhamento bilinear, monitoração de ambientes computacionais seguros e desenvolvimento de computação em “GRID”. Na parte específica de comunicações, deu-se continuidade ao desenvolvimento do “Telefone Seguro Governamental (TSG)”, destinado a suprir a Administração Pública Federal (APF) de sistema

de telefonia com segurança criptográfica e à implementação de plataformas criptográficas para computadores, nas versões portáteis e de alto desempenho para redes.

Por fim, registra-se que foram cumpridas as metas relativas à manutenção das condições de funcionamento da infra-estrutura administrativa, vinculadas às despesas de custeio com serviços essenciais da sede e das superintendências.

15. Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa.

Será remetido em mídia não regravável, conforme Art 4º da Decisão Normativa TCU nº 97, de 18 de março de 2009.

Brasília-DF, 8 de abril de 2009.

WILSON ROBERTO TREZZA
Diretor-Geral
Substituto